

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA UMA CIDADE

Giseli Giovanella Rodrigues¹ e Neli Teresinha Galarce Machado²

RESUMO: Objetiva-se com este artigo iniciar um debate sobre a preservação da história e da memória num sentido micro, analisar a problemática da falta da memória e identificar os pontos de memória de uma cidade, relacionar memória coletiva e identidade. Em relação a essa temática, de desaparecimento da história, será feita uma reflexão sobre importância da memória para uma cidade, usando a cidade, levantando questões tais como: Qual a relevância da memória para uma cidade? Qual a relação entre memória, identidade e desenvolvimento? Qual a importância da preservação histórica? Quais problemas podem acarretar a falta da memória para uma cidade?

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Cidade. Esquecimento.

1 INTRODUÇÃO

Entre os diversos aspectos da identidade contemporânea, é a memória o mecanismo principal para a construção da identidade social e local. A identidade se constrói em um indivíduo a partir de visões de mundo, ideologias políticas e experiências históricas em comum com o grupo social em que vive, aliado a representações simbólicas.

A memória constitui um fator de identificação humana; é a marca ou o sinal de sua cultura. É ela que nos distancia ou que nos aproxima. Identificamos a história e os seus acontecimentos mais marcantes, desde os conflitos às iniciativas comuns. E a identidade cultural define o que cada grupo é e o que nos diferencia uns dos outros.

Conforme Pollak (1992), existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu.

Percebe-se que a memória é sempre atual, pois a qualquer momento se pode evocá-la. É vivida no eterno presente; aberta à dialética da lembrança e do esquecimento; alimenta-se de lembranças vagas, criando consequentemente assim o sentimento de pertencimento e identidade etc.

Em contrapartida, observa-se que, ao mesmo tempo em que um grupo quer esquecer, outros testemunharam acontecimentos e querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento, para que a memória continue sempre viva. É a luta pelo não-esquecimento.

Os motivos que impulsionaram a realizar este estudo estão apoiados principalmente no que diz Hobsbawm (2002, p. 13) sobre esse apagamento da história:

1 Acadêmica do Curso de História do Centro Universitário UNIVATES. ggrodrigues@universo.univates.br. Artigo elaborado na disciplina de Estágio Supervisionado em Acervos.

2 Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora titular do Centro Universitário UNIVATES. Orientadora do artigo de Giseli. ngalarce@univates.br

[...] a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal a das gerações passadas é um dos fenômenos mais lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público em que vivem.

Segundo [Le Goff](#) (2003, p. 419), o conceito de memória é crucial, e nesse sentido ele expõe o seguinte:

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado, que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documentos/monumento, faz apreensão da memória, depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade).

Mas quais são os elementos que constituem a memória? Conforme [Pollak](#) (1992, p. 2-3), a memória individual ou coletiva é constituída por:

[...] em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de vividos por tabela', ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas*, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.

A memória pode ser considerada política, segundo [Bosi](#) (1994, p. 453):

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica 'neutra'. Ela quer também julgar, marcando, bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matilizando-a.

Faz parte da memória a seleção, o "esquecimento" o "dito" e o "não dito", as falas e o silêncio. Nem tudo que é lembrado pode ser falado, portanto ela é política e agrega-se a ela muitos valores, principalmente pelo fato de ela ser coletiva.

Os interesses políticos atuam como fator determinante na manipulação da memória. Utilizando-se do artifício do esquecimento uma pessoa pode narrar fatos sem detalhes que possam comprometer alguém do seu grupo social.

Um dos artifícios utilizados pelos políticos para que seus cidadãos se sintam presos a eles é a anistia política, "[...] o perdão das lembranças dolorosas, das desgraças" ([FÉLIX](#), 1998, p. 45).

Olhando por esse caminho [Pollak](#) (1992, p. 48) destaca a existência de "zona de sombras, de silêncios e não ditos, presentes em discursos carregados de metáforas".

É essa fronteira entre o dizível e o não dizível que separa a existência de uma memória coletiva organizada de uma sociedade que majoritária ou de um Estado que deseja se impor, de uma outra 'memória coletiva subterrânea' da sociedade civil dominada ou de grupos específicos. Essa fronteira e sua manipulação mostram o presente e encobrem o passado ([POLLAK](#) apud [FÉLIX](#), 1998, p. 48).

A relação da memória com a história está na preservação e retenção do tempo, dando suporte para a construção do saber histórico. Portanto, o ser humano pode buscar subsídios na história para encontrar sua identidade, seu grupo social, sua maneira de viver, sobreviver e morrer.

A memória é um fenômeno construído. Ela grava, recalca, exclui e relembra, serve como instrumento para que estudiosos tentem, numa época com ideais e atitudes efêmeras, resgatar o passado e a história. Le Goff (2003, p. 471) acrescenta que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão”. Já a memória, segundo Polak (1992, 204), é “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si”.

Devido à aceleração da história, cada vez mais o cotidiano afasta-se das vivências da tradição e do costume, fazendo com que a memória: deixe de ser encontrada no próprio tecido social, necessitando de lugares especiais para serem guardadas, preservadas em seus laços de continuidades. São lugares de memória: museus, arquivos, bibliotecas e outros, sendo esses encarregados de preservar a lembrança do passado.

Os lugares de memória, então, podem ser considerados esteios da identidade histórica, contribuindo consideravelmente para evitar o esquecimento e o despreendimento do passado.

De outro lado, nota-se que a memória dos vencidos é pouco explorada, estudada e perpetuada; ela é chamada de memórias subterrâneas ou marginais, e, normalmente, o que se vê é a perpetuação da memória do grupo dominador (vencedor), da classe social hegemônica de uma determinada região, e é essa memória que é documentada, monumentalizada e sua história está concretamente amparada por textos e obras de arte, tornando-se história oficial.

Visto que é a diversidade cultural que forma a memória e a identidade do local e constrói o patrimônio histórico, a memória marginal deve ser mais explorada para que uma boa parte da história não desapareça:

A noção de ‘patrimônio histórico’ deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade (PAOLI, 1992, p. 1).

Esse sentido de silenciar outras narrativas de acontecimentos passados e presentes, sendo um processo de história fechado aos significados sociais, fazendo com que a história não tenha um papel formador de identidades, acaba por apontar, segundo Paoli (1992, p. 1), “[...] para uma sociedade destituída de cidadania, em seu sentido pleno, se por esta palavra entendermos a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos.”

Ainda conforme Paoli (1992, p. 2), a cidadania está ligada ao direito ao passado:

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade, como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o antigo ou fixar o moderno. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como sentimento de ‘fazer parte’ de sua feitura múltipla.

Uma das formas de inserir as narrativas das memórias marginais é por meio de uma política pública cultural voltada ao social, que tenha o compromisso de monumentalizar essas narrativas, valorizando-as simbolicamente na cidade, fazendo-as sentir-se parte do todo social, da diversidade cultural.

O compartilhamento da memória, principalmente diversificado culturalmente, conduz a relações interpessoais mais próximas, levando essa sociedade a ser mais cidadã e solidária.

Percebe-se, então, que a memória não aprisiona o indivíduo ao passado, mas o liberta de preconceitos e da padronização imposta, conduzindo ao enfrentamento dos problemas atuais com mais segurança, tornando o grupo social muito mais politizado e comprometido com o bem público. Aí é que entra a importância dos centros de memória, ou instituição-memória, pois ela organiza e racionaliza as memórias perdidas, e não é simplesmente um depósito de memórias vividas pelo grupo social.

3 CONCLUSÃO

Fácil, portanto, notar que a identificação local por intermédio da relação memória - história conduz uma cidade à cidadania. Lembrando da diversidade cultural que forma um local, é importante perceber que um povo é feito de várias culturas e que todas devem ser vistas e terem direito à voz, para que possam se identificar e se comprometerem com o ambiente em que vivem e se tornar uma unidade, sem segregação.

Não há preservação histórica sem pensar nessa condição de diversidade cultural; a preservação deve ter a capacidade de relacionar todos os aspectos culturais que formam um determinado local, e isso passa pelo compartilhamento da memória de diversas culturas.

Tratar bem a memória não é somente vislumbrar uma peça antiga, mas é dar luz ao obscuro mundo da história perdida; é dar ao cidadão a chance de se identificar com o lugar onde mora; é tornar o seu povo muito mais politizado e comprometido, seguros de si e unidos por um propósito em comum.

Uma cidade sem memória é uma cidade sem história, largada às moscas, onde qualquer um vem e suga o que tiver de melhor e vai embora, onde os cidadãos vivem individualmente, sem se preocupar com o social, uma cidade estagnada econômica e socialmente, violenta e pobre.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. ①

FÉLIX, Loiva Otero. **História & memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. ① ②

HOBBSAWM, Eric J. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo. Companhia das Letras, 2002. ①

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 2003. ① ②

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28. ① ② ③

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2009. ① ② ③